

DESPACHO

Recebemos os presentes conforme laudas que antecedem este despacho. Processo devidamente instruído com Memorando nº 238/2024-GEPEQ/COSAMA, Termo de Referência nº 28/2024 – GEPEQ/DIOP/COSAMA, Pedido de Contratação de Serviço nº 7668, propostas apresentadas por empresas atuantes no mercado, Mapa Comparativo de Preços e Atestado emitido pela Gerência Contábil e Financeira – GECONT.

O processo em questão trata de **contratação de empresa especializada na prestação de serviços para realização de análise laboratoriais de amostras de água coletadas com cessão de equipamentos em regime de comodato no município de Parintins/AM, segundo CONAMA 357/2005 art. 15**, conforme informações e demais especificações constantes do Processo nº **01.05.043501.003028/2024-40**.

Conforme esclarecido nos autos, a COSAMA firmou um acordo com a UGPE com o objetivo de monitorar os mananciais superficiais do município de Parintins, em razão das ações do projeto PROSAI PARINTINS. Esse monitoramento é essencial para garantir a qualidade da água durante as intervenções do projeto, avaliar os impactos das ações realizadas e assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pelo programa.

As análises serão realizadas semestralmente, com coletas realizadas pelos agentes da Companhia em 13 pontos específicos de Parintins. A empresa a ser contratada será responsável tanto pelos serviços de análise quanto pela cessão dos equipamentos necessários para as coletas, fornecidos em regime de comodato.

O Termo de Referência nº 28/2024 – GEPEQ/DIOP/COSAMA esclarece que as amostras de água possuem prazo de validade, especialmente no caso de parâmetros bacteriológicos. Para garantir a preservação das propriedades da água e a confiabilidade dos resultados, as amostras precisam ser analisadas o mais rápido possível, chegando ao laboratório em até 24 horas após a coleta. Portanto, as análises devem ser realizadas em Manaus, uma vez que as coletas ocorrerão em Parintins/AM, onde o principal meio de transporte é fluvial. O envio das amostras para outro Estado resultaria em alterações do material coletado devido ao tempo e a distância transporte.

Além disso, a contratação de uma empresa regional é essencial, considerando o prazo rigoroso para garantir a integridade das amostras e a eficácia dos resultados. Em conformidade com o art. 127 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/COSAMA:

Art. 127: A política de compras regionais deve visar a contratação de empresas locais para compras e serviços a serem contratados, em



conformidade com os princípios da isonomia, da finalidade e da segurança da contratação, tendo em vista os prazos para atender as demandas dos Municípios cujo abastecimento de água é de responsabilidade da COSAMA os quais são de difícil acesso.

A licitação poderá ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse específico da estatal, são enquadráveis nas previsões do art. 29 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 123 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

Nesse contexto, observado os princípios constitucionais da *eficiência, celeridade, vantajosidade* e o da *economicidade*, que buscam adequar menores custos aos meios para a realização dos fins administrativos, esta comissão entende que pequenas contratações, com valores não vultuosos, não deverão se revestir de todas as formalidades de um procedimento licitatório, podendo a administração se valer da dispensa para essas contratações/aquisições, desde que obedecidas as formalidades legais.

Nos ensinamentos do professor Diógenes Gasparini (2012, p. 581), “*tal dispensa de licitação é coerente e de todo justificável, vez que as compras de pequeno vulto são medidas simples que não se compatibilizam com procedimentos solenes, dotados de formalidades que só emperrariam a atividade da administração, sem vantagem alguma*”.

Não obstante, a área técnica demandante estabelece como requisito para a contratação que a empresa possua o certificado ISO 17025, e conforme o despacho às folhas 491/492, a Gerência de Compras – GECOMP, atesta que, após consultas no mercado local, apenas a empresa MICRO-LAB LTDA atende aos requisitos solicitados pela área técnica demandante.

Nesse contexto, ressaltamos que, embora existam outras empresas locais que realizam o objeto da presente contratação, elas não cumprem as exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 28/2024 – GEPEQ/DIOP/COSAMA, além disso apresentam valores superiores aos propostos pela empresa MICRO-LAB LTDA.

Ademais, conforme o Mapa de Preços (fls. 235), a empresa **MICRO-LAB LTDA. (MICRO-LAB COMPLEXO DIAGNÓSTICOS)**, inscrita no CNPJ nº **15.792.732/0001-39**, apresentou a proposta de menor preço e, é a opção mais vantajosa, pois além de atender a todos os requisitos técnicos, fornecerá os equipamentos exigidos pela área técnica sem custo adicional, em regime de comodato.

Assim, observadas as formalidades legais e considerando que a proposta da empresa que apresentou o **menor valor**, qual seja **R\$ 34.346,00 (trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais)**, está condizente com os preços praticados no mercado atual, e



atende às especificações técnicas exigidas pela área demandante, entendemos que não há impedimento legal e administrativo para a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do Art. 29 da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais, art. 123, inciso II e art. 127, ambos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC.

Diante do acima exposto, em observância ao interesse da Administração com arrimo no princípio da economicidade, vantajosidade, celeridade e eficiência, esta Comissão entende que a contratação em questão poderá realizar-se por meio da empresa **MICRO-LAB LTDA. (MICRO-LAB COMPLEXO DIAGNÓSTICOS)**, inscrita no CNPJ sob o nº **15.792.732/0001-39**, pelo valor global de **R\$ 34.346,00 (trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais)**, a qual é atuante no mercado local e está apta para ser contratada conforme verifica-se pelas certidões de habilitação acostadas as folhas seguintes.

Por fim, esta Comissão Permanente de Licitação sugere que em caso de nova contratação do mesmo objeto em referência, de forma a não infringir disposição legal acerca da dispensa de licitação pelo valor, deverá realizar-se por meio de procedimento licitatório comum.

Manaus/AM., 19 de dezembro de 2024.

PALLOMA CARDOSO DA SILVA
Membro da CPL

TAMMY TELLES LIMA DA SILVA
Presidente da CPL

